PILARES ESTRUTURANTES DA BNCC

Marilda Pasqual Schneider

Unoesc/Brasil

marilda.schneider@unoesc.edu.br

Introdução

A despeito de posicionamentos dissonantes acerca de a educação ser ou não capital técnico do desenvolvimento, países situados em diferentes continentes e regiões do globo estão a investir massivamente na convergência entre a melhoria da qualidade educacional e o processo produtivo. No epicentro das reformas estão alguns Organismos Internacionais (OI), mentores teórico-políticos e ideológicos das mudanças educacionais especialmente em países subdesenvolvidos ou de capitalismo retardatário.

Considerados necessários para garantir a continuidade da política de ajuste estrutural e, conforme cita Coraggio (1996, p. 78), “[...] compensar conjunturalmente os efeitos da revolução tecnológica e econômica que caracterizam a globalização”, os OI indicam áreas prioritárias ao alinhamento entre políticas e programas que, supostamente, ofereceriam sustentação à qualidade educacional. Com essa finalidade, o Banco Mundial (BM) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estão a atuar, atualmente, em três áreas estratégicas no combate aos problemas educacionais: formação e atuação docentes; avaliação dos estudantes; e das aprendizagens essenciais aos estudantes.

Em sintonia com os pressupostos desses OI, foi homologado, em dezembro de 2017, o documento que define uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tida como “referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares [...]” (BRASIL, 2017, p. 08).

Em vista da celeuma daqueles que reclamavam a necessidade de delimitação de um base curricular nacional, constitui objetivo central deste texto destacar e analisar pilares estruturantes da BNCC, evidenciando possíveis correlações com recomendações do BM e da OCDE. Partimos do pressuposto de que o documento homologado em 2017 busca salvaguardar elementos fundamentais de edificação de um modelo de *accountability* na educação básica brasileira, difundido por uma agenda de abrangência globalizatória, para o que contribuem de forma iniludível as ponderações do BM e da OCDE.

Recomendações do BM e da OCDE

Em um informe publicado no ano de 1996, o BM defendia que para melhorar o desempenho escolar dos estudantes brasileiros era necessário estabelecer normas sobre os resultados da educação, prestar apoio aos insumos e vigiar os resultados obtidos por meio da avaliação das aprendizagens. Sugeria, para isso, uma variedade de indicadores, dentre os quais provas e exames públicos para medir e vigiar o rendimento dos alunos de modo a assegurar os resultados almejados.

Consentâneo a essas recomendações, o Brasil promoveu, em 2005, uma profunda reformulação no seu Sistema de Avaliação Educacional (Saeb), criado no início dos anos de 1990. *Par i passu* à reestruturação do Saeb, foi criado, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Em publicação realizada no ano de 2010 sobre os resultados dessas mudanças, o BM destacou os “grandes avanços” alcançados pelo Brasil nos últimos 15 anos (1995-2010) e “a notável trajetória” das reformas empreendidas na educação básica durante a década, assinalando que o país teria se tornado “um dos melhores laboratórios do mundo” para gerar evidências globais sobre “o que funciona” na educação (BANCO MUNDIAL, 2010, p.11). Especialmente o Ideb, fora considerado uma inovação jamais vista em nenhum outro grande país de regime federativo.

Não obstante a influência do BM no delineamento da agenda educacional brasileira, nosso país está a desenvolver relações cada vez mais sólidas com a OCDE, que atua no desenvolvimento de ações comuns em países com problemas similares visando à comparação entre eles. Tendo o Brasil na condição de membro associado, a OCDE opera no país prioritariamente em duas direções. A primeira, iniciada no ano de 2000, focaliza ações de avaliação comparada de estudantes com idade na faixa de 15 anos, por meio do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). A segunda, em curso desde 2007, tem como foco a indicação de políticas de formação de professores, fomentada por meio do Programa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis) (OCDE, 2015).

As pistas colhidas dão conta de antever um cenário de mudanças que assevera os pressupostos da nova gestão pública, em curso no país desde os anos de 1990. São indicativos desse interesse a referência do BM acerca dos desafios para a agenda educacional dos próximos dez anos no Brasil, especialmente algumas políticas e ações alinhadas a esses desafios, tais como, a destinação de bonificação aos professores pelo desempenho de seus estudantes no Ideb ou em outros indicadores educacionais nacionais e ou estaduais, e a definição de currículos baseados em padrões de aprendizagem. No que tange às recomendações da OCDE, estas indiciam asseverar o processo de descentralização de responsabilidades educacionais.

Base Nacional Comum Curricular: pilares estruturantes

Homologada em 20 de dezembro de 2017, a BNCC é fruto de um processo longo¹, contestado por segmentos tão profusos quanto aqueles que a aprovaram. Sua formulação foi coordenada pelo Ministério da Educação, que atuou em parceria com o Conselho de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Uma análise em torno do conteúdo do documento e de seus princípios fundamentais permitiu-nos identificar três pilares que consideramos estruturantes da BNCC, quais sejam: dimensões estratégicas; enfoque pedagógico; e regime de colaboração. No que tange ao primeiro pilar, o interesse de seus formuladores é o de que a BNCC contribua para o alinhamento de políticas e ações referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2017, p. 08).

O segundo pilar está orientado para o desenvolvimento de competências gerais e específicas. No documento é realçado que o ensino por competências segue o modelo das avaliações realizadas pelo Pisa e pelo Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE), filiado à Unesco (BRASIL, 2017), além de ser o modelo curricular praticado em vários países. Iniludivelmente, dois interesses estão em causa na definição desse pilar. O primeiro, de salvaguardar o alinhamento com o modelo curricular das avaliações em larga escala. O segundo, de demonstrar que não se trata de uma posição nacional sobre a necessidade desse alinhamento, mas do praticado em avaliações internacionais das quais o Brasil participa.

Por fim, o terceiro pilar refere-se ao regime de colaboração para organização dos respectivos sistemas de ensino. Previsto na CF e na LDB, o regime de colaboração determina as formas de como irão ocorrer as relações entre o poder central e as unidades da federação tendo em vista, “[...] o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional, de forma geral, e na educação, de forma particular” (FRANÇA, 2014, p.04).

Considerações finais

No estudo realizado, ficou evidenciado o interesse de fortalecimento das políticas nacionais de avaliação educacional pela implementação de medidas de responsabilização. Esse fortalecimento seria assegurado pelo delineamento de propostas curriculares, para os sistemas de ensino e escolas de educação básica, que preservem os conteúdos da Base. Uma vez declarado que o modelo curricular da Base está alinhado aos modelos nacionais e internacionais de avaliação, parece-nos iniludível a vinculação entre

¹ As discussões referentes à tessitura da BNCC tiveram início no ano de 2013, com a criação do Movimento pela Base, tendo redundado, em 2015, na criação do Portal da Base, pelo Ministério da Educação (MEC).

aprendizagens requeridas dos estudantes, resultados esperados nas avaliações em larga escala e mecanismos de *accountability*.

Ao que tudo indica, o delineamento da BNCC busca manter um fino alinhamento com as prioridades traçadas por uma agenda transnacional e que, por isso, torna ainda mais duvidosa a possibilidade de a Base constituir-se em ferramenta de melhoria da qualidade educacional ou, mesmo, de redução das desigualdades, conforme autoproclamado no documento homologado em 2017.

Referências

BANCO MUNDIAL. **Achieving World Class Education in Brazil**: the Next Agenda. Documento do Banco Mundial. December 21, 2010. Disponível em: <<http://cenpec.org.br/biblioteca/educacao/estudos-e-pesquisas/achieving-world-class-education--in-brazil-the-next-agenda>>. Acesso em: 15 jan.2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: a educação é a Base. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf>. Acesso em: fev.2018.

CORAGGIO, J.L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: L. Tomazzi et al. (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

FRANÇA M. Sistema Federativo e regime de colaboração: o Plano Nacional de Educação – demanda e investimentos. **Anais...** IV Congresso Ibero-americano da Associação Nacional de Política e Administração da Educação e VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação, Porto – Portugal, 2014.

OCDE **The OCDE and Brazil**. OECD, november, 2015. Disponível em: <<http://www.oecd.org/brazil/Brazil%20brochureWEB.pdf>> Acesso em 28 jan.2018.